

07
2015

BEO RAM

**BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

**GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	10
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	24
5. Conceitos aplicados.....	26
6. Siglas e abreviaturas.....	27
7. Índice de Quadros	28

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de junho de 2015.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2015 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-junho)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	478.944,3	87.719,5	141.915,5	513.711,0
Impostos diretos	140.557,0	337,8	0,0	140.894,8
Impostos indiretos	227.806,9	17,5	0,0	227.824,4
Contribuições de Segurança Social	2.808,8	0,0	0,0	2.808,8
Outras receitas correntes	107.771,6	87.364,2	141.915,5	142.183,1
Transferências correntes	91.478,9	82.961,3	123.344,6	102.916,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	90.606,4	1.718,4	50,2	92.375,1
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	71.930,6	122.937,7	0,0
Receita de capital	15.132,6	15.704,2	10.149,2	31.927,9
Venda de bens de investimento	982,1	0,4	63,8	1.046,2
Transferências capital	13.903,0	15.675,2	10.059,0	30.579,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	518,6	0,0	518,6
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	1.625,2	7.432,9	0,0
Receita efetiva	494.076,9	103.423,7	152.064,7	545.638,8
Despesa corrente	548.805,8	79.787,4	140.292,4	574.017,2
Consumo público	264.577,8	60.787,0	125.662,0	451.026,9
Despesas com o pessoal	182.876,6	15.412,7	69.705,0	267.994,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	81.701,2	45.374,3	55.957,1	183.032,6
Subsídios	3.072,9	1.715,9	69,6	4.858,4
Juros e outros encargos	55.528,8	3.030,8	10.178,8	68.738,4
Transferências correntes	225.626,2	14.253,6	4.382,0	49.393,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	971,2	0,0	971,2
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	194.862,4	5,9	0,0	0,0
Despesa de capital	62.897,0	16.335,4	20.663,1	90.837,4
Investimento	42.973,9	3.481,3	20.663,1	67.118,3
Transferências de capital	19.923,1	12.854,1	0,0	23.719,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.531,7	1.902,1	0,0	3.433,8
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	9.058,1	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	611.702,8	96.122,8	160.955,4	664.854,6
Saldo global	-117.625,9	7.300,9	-8.890,7	-119.215,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-69.861,5	7.932,1	1.623,2	-60.306,2
Despesa corrente primária	493.276,9	76.756,6	130.113,6	505.278,8
Saldo corrente primário	-14.332,7	10.962,9	11.801,9	8.432,2
Saldo de capital	-47.764,4	-631,2	-10.513,9	-58.909,5
Despesa primária	556.174,0	93.091,9	150.776,7	596.116,2
Saldo primário	-61.616,3	8.879,1	3.222,2	-49.515,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 30 de junho de 2015, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública

Regional é deficitário em 119,2 milhões de euros. O saldo primário ascende a -49,5 milhões de euros, em resultado da utilização dos empréstimos concedidos no

âmbito do PAEF-RAM (137,4 milhões de euros dos quais 58,7 milhões de euros para despesa não financeira ou comercial) e dos 150 milhões de euros (19,7 milhões de euros), para pagamento de dívida comercial, e o saldo de capital é deficitário em 58,9 milhões de euros, face a uma *despesa efetiva* de 664,9 milhões de euros e a uma despesa primária de 596,1 milhões de euros. A *receita efetiva* ascendeu a 545,6 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 167,2 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 74,5 milhões de euros e **o saldo global é superavitário em 12,5 milhões de euros** o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

◆ 2. Subsetor do Governo Regional

◆ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado nos primeiros seis meses de 2015, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de -117,6 milhões euros, o que representa uma melhoria de 161,4 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância decorre da diminuição das *Despesas correntes*, motivada, essencialmente, pela redução das verbas despendidas com a *Aquisição de bens e serviços e Juros e outros encargos*. Em paralelo, verificou-se um aumento das *Despesas de Capital* que se traduz numa variação homóloga de 14,1 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, associados, em grande parte, à utilização do empréstimo dos 150 milhões de euros. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 25,3% face ao ano de 2014, tal como a *receita efetiva*, embora esta de forma menos expressiva (-8,5%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se deficitário tendo registado um agravamento de 50,8 milhões de euros face ao primeiro semestre do ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado nos primeiros seis meses de 2015 ascendeu a -69,9 milhões de euros e o *saldo de capital* a -47,8 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é deficitário em 6,7 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que enquanto que na vertente corrente a *receita* diminuiu 1,9%, em termos homólogos, a *despesa* variou -28,7%, fundamentalmente devido à diminuição do pagamento de *Juros e outros encargos*. Efetivamente, em 2014, na sequência da execução do empréstimo dos 1.100 milhões de euros, ocorreu o pagamento de

verbas significativas de despesas com *Juros* (219,6 milhões de euros) o que induz a variação registada no Quadro II. O *saldo global* evidenciado no final de junho de 2015 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou -8,5%, influenciada negativamente pela evolução registada tanto ao nível da componente corrente (-1,9%) como da componente de capital (-70,8%), e de um decréscimo da *despesa efetiva* (-25,3%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução das despesas com a *Aquisição de bens e serviços correntes* (-17,0%), com os *Juros e outros encargos* (-79,0%), com os *Subsídios* (-46,8%) e com *Outras despesas correntes* (-97,4%), e no sentido ascendente pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da informação disponível para os primeiros seis meses de 2015, sobressai que 13,2% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (72,5 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória descendente tanto na componente corrente – cristalizada numa variação homóloga de -1,9% – como na componente de capital, materializada numa variação de -70,8% face a 2014, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-junho) € Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	488.127,0	478.944,3	-1,9
Receitas fiscais	377.022,4	368.363,9	-2,3
Impostos diretos	152.929,7	140.557,0	-8,1
Impostos indiretos	224.092,7	227.806,9	1,7
Outras receitas correntes	111.104,6	110.580,4	-0,5
Receita de capital	51.839,2	15.132,6	-70,8
Receita efetiva	539.966,2	494.076,9	-8,5
Despesa corrente	770.227,7	548.805,8	-28,7
Despesas com o pessoal	174.339,6	182.876,6	4,9
Aquisição de bens e serviços	98.129,9	81.484,4	-17,0
Juros e outros encargos	263.948,5	55.528,8	-79,0
Transferências correntes	219.556,5	225.626,2	2,8
Administrações Públicas	196.261,8	194.862,4	-0,7
Outras	23.294,7	30.763,8	32,1
Subsídios	5.773,1	3.072,9	-46,8
Outras despesas correntes	8.480,1	216,8	-97,4
Despesa de capital	48.788,9	62.897,0	28,9
Investimento	34.891,6	42.973,9	23,2
Transferências de capital	13.897,3	19.923,1	43,4
Administrações Públicas	8.340,6	10.589,8	27,0
Outras	5.556,7	9.333,3	68,0
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	819.016,7	611.702,8	-25,3
Saldo global	-279.050,4	-117.625,9	57,8
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-282.100,7	-69.861,5	75,2
Saldo de capital	3.050,3	-47.764,4	-1.665,9
Saldo primário	-15.102,0	-62.097,1	-311,2
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	18.290,3	14.322,4	-21,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O saldo primário foi de -62,1 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 47,0 milhões de euros relativamente aos seis primeiros meses de 2014;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, cristalizado numa variação homóloga de 75,2%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória descendente da receita efetiva, a par de um decréscimo mais pronunciado da despesa efetiva.

Com efeito, enquanto a receita efetiva diminuiu, em termos homólogos, 45,9 milhões de euros nos seis primeiros meses de 2015, a despesa efetiva registou um decréscimo de 207,3 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final de junho de 2015 de -117,6 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -69,9 milhões de euros e num saldo de capital de -47,8 milhões de euros. A dinâmica

da despesa é influenciada pela utilização do empréstimo de 150 milhões de euros contratado em 2014, cuja aplicação em 2015 foi dirigida ao pagamento de encargos relativos a anos anteriores, no valor de 19,7 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de junho do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (junho)		€ Milhares	
	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	118.992,1	98.098,0	-17,6
Receitas fiscais	84.596,8	83.418,2	-1,4
Outras receitas correntes	3.364,0	9.091,3	170,3
Receita de capital	31.031,4	5.588,5	-82,0
Receita efetiva	150.023,5	103.686,5	-30,9
Despesa corrente	216.757,2	115.563,9	-46,7
Despesas com o pessoal	43.503,3	46.140,3	6,1
Aquisição de bens e serviços	6.270,9	5.321,6	-15,1
Juros e outros encargos	119.004,7	24.359,3	-79,5
Despesa de capital	17.524,7	7.374,2	-57,9
Investimento	12.382,1	4.536,1	-63,4
Transferências de capital	5.142,7	2.838,1	-44,8
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	234.282,0	122.938,1	-47,5
Saldo global	-84.258,5	-19.251,6	77,2
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-97.765,1	-17.465,9	82,1
Saldo de capital	13.506,6	-1.785,7	-113,2
Saldo primário	34.746,2	5.107,7	-85,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de junho expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para 2015. Com efeito, a *receita efetiva* registou um decréscimo de 30,9% face ao evidenciado nos primeiros seis meses de 2014, tendo-se verificado igualmente um decréscimo do lado da *despesa efetiva* (-47,5%), que induziram a formação de um

saldo global deficitário em junho de 2015, embora menos acentuado do que o registado no período homólogo do ano anterior. Em concreto, o saldo global evidencia que a *despesa efetiva* superou a *receita efetiva* em 19,3 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e

de capital, cujos saldos atingiram os -17,5 e -1,8 milhões de euros, respetivamente.

◆ 2.2. Receita

- ◆ A *receita efetiva* do Governo Regional variou -8,5% nos primeiros seis meses de 2015, em virtude do comportamento evidenciado quer pelas *receitas não fiscais*, que registaram uma variação de -22,8%, quer pelas *receitas fiscais*, que evidenciaram um decréscimo de -2,3% ao longo desse período. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (1,7%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos de consumo sobre o tabaco* (-3,5%), parcialmente colmatada pela variação registada ao nível do IVA (2,6%), em virtude da aplicação do método de cálculo dos valores provisórios a transferir pelo Estado em sede de IVA, introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -8,1% em termos homólogos, muito por força da receita extraordinária obtida no início de 2014, resultante em grande parte da cessação da atividade da RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A.;
- ◆ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -22,8% face aos seis primeiros meses de 2014 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*, motivada pelo decréscimo na realização de receita por *Transferências de capital*, designadamente as provenientes da União Europeia, muito devido ao facto de estarmos num período de transição entre o anterior e o novo Programa Comunitário de apoio. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um decréscimo de -0,5%, para o que contribuíram, no sentido descendente, as evoluções registadas ao nível das *Transferências correntes*, assim como do *Rendimento da propriedade* e, no sentido ascendente, as restantes componentes da *Receita corrente*.
- ◆ A *receita fiscal* fixou-se nos 368,4 milhões de euros no final de junho de 2015, refletindo uma variação de -2,3% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada nos seis primeiros meses de 2015 resulta da trajetória descendente verificada ao nível dos *impostos diretos*

(-8,1%), parcialmente contrariada pela variação registada ao nível dos *impostos indiretos* (1,7%);

◆ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-junho)			€ Milhares
	2014	2015	VH (%)
Receita fiscal	377.022,4	368.363,9	-2,3
Impostos Diretos	152.929,7	140.557,0	-8,1
IRS	95.972,3	87.948,0	-8,4
IRC	56.956,5	52.609,1	-7,6
Outros	0,8	0,0	-100,0
Impostos Indiretos	224.092,7	227.806,9	1,7
ISP	26.706,9	23.698,0	-11,3
IVA	170.736,3	175.230,9	2,6
ISV	2.384,9	2.742,4	15,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	12.582,9	12.143,3	-3,5
IABA	1.743,2	2.427,7	39,3
Outros	9.938,5	11.564,5	16,4
Imposto de Selo	7.936,6	9.892,7	24,6
IUC	1.411,7	1.514,7	7,3
Receita não fiscal	162.943,9	125.713,0	-22,8
Receita efetiva	539.966,2	494.076,9	-8,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2014 para 2015 foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* (IRS) – regista-se um decréscimo de -8,4% face ao período homólogo de 2014;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (IRC) – verifica-se uma variação de -7,6% relativamente aos primeiros seis meses de 2014.

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, a retenção do imposto de acordo com as tabelas de retenção na fonte em vigor, que incorporam um

coeficiente familiar que visa atenuar a carga fiscal dos agregados com maior número de dependentes. Relativamente ao decréscimo verificado ao nível do IRC, assinala-se como principal fator explicativo a cessação da atividade de empresas, onde se inclui RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A., que induziram a cobranças extraordinárias no início de 2014. Expurgando o caráter excecional da arrecadação de receita em 2014, o ano 2015 registou um nível de receita em linha com o verificado no período homólogo do ano anterior.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado* (IVA) – verifica-se um aumento na receita arrecadada até junho de 2015 face ao período homólogo de 2014 (2,6%). Esta evolução deriva do facto dos valores provisórios a transferir pelo Estado por conta das receitas de IVA refletirem um aumento da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado face a 2014, conforme inscrito no Mapa I do Orçamento do Estado para 2015, em coerência com o estabelecido no artigo 3.º da Portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março;
- ◆ *Imposto sobre Veículos* (ISV) – a receita acumulada registou uma variação de 15,0% face ao período homólogo de 2014;
- ◆ *Imposto de Selo* (IS) – a receita acumulada registou um acréscimo de 24,6%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco* (IT) – a receita líquida acumulada registou um decréscimo de 3,5% comparativamente a 2014;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos* (ISP) – a arrecadação da receita

proveniente destes impostos diminuiu face ao nível da execução dos seis primeiros meses de 2014 (-11,3%).

A *receita não fiscal* apresenta uma variação de -22,8%, em grande medida influenciada, no que à componente corrente diz respeito, pela quebra evidenciada nos *Rendimentos da propriedade*, a par da diminuição das *Transferências correntes*, em particular das provenientes do Estado, justificada fundamentalmente pela alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e na componente de capital, pela variação evidenciada ao nível das *Transferências de capital* (-56,5%), em particular das provenientes da União Europeia, situação que não será alheia ao facto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) se encontrar, em 2015, em fase de encerramento.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2014 e 2015:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-junho) € Milhares

	2014	2015	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	377.022,4	368.363,9	41,7%
Receita não fiscal	162.943,9	125.713,0	36,6%
Correntes	111.104,6	110.580,4	47,6%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2.662,6	2.808,8	50,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	7.778,9	10.019,7	38,6%
Rendimentos da Propriedade	2.221,0	900,2	45,0%
Transferências Correntes	94.257,7	91.478,9	49,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.338,7	4.310,4	46,3%
Outras Receitas Correntes	845,8	1.062,3	30,7%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	51.839,2	15.132,6	13,6%
Venda de Bens de Investimento	29,3	982,1	9,8%
Transferências de Capital	31.944,6	13.903,0	14,0%
Outras Receitas de Capital	19.500,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	365,3	247,6	9,9%
Receita efetiva	539.966,2	494.076,9	40,3%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 2.3. Despesa

- ◆ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 25,3% entre 2014 e 2015, tendo apresentado um grau de execução de 41,1%, menos 4,2 pontos percentuais do que o executado até junho de 2014.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-junho)

	2014	2015	2014	2015
			Grau de Execução (%)	
Despesa corrente	770.227,7	548.805,8	54,3	44,2
Despesas com o pessoal	174.339,6	182.876,6	50,1	50,5
Remunerações Certas e Permanentes	144.727,3	151.644,2	52,3	52,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	934,7	1.093,9	27,5	34,4
Segurança social	28.677,6	30.138,6	42,1	41,5
Aquisição de bens e serviços correntes	98.129,9	81.484,4	43,9	36,2
Juros e outros encargos	263.948,5	55.528,8	72,5	37,0
Transferências correntes	219.556,5	225.626,2	47,8	46,3
Administrações Públicas	196.261,8	194.862,4	49,6	46,6
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	196.261,8	194.862,4	49,6	46,6
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	23.294,7	30.763,8	36,5	44,7
Subsídios	5.773,1	3.072,9	44,7	25,1
Outras despesas correntes	8.480,1	216,8	70,8	5,4
Despesa corrente primária	506.279,3	493.276,9	47,9	45,2
Despesa de capital	48.788,9	62.897,0	12,6	25,3
Investimento	34.891,6	42.973,9	21,0	25,6
Transferências de capital	13.897,3	19.923,1	19,4	45,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	819.016,7	611.702,8	45,3	41,1
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	18.290,3	14.322,4	30,5	27,7
Passivos financeiros	36.405,9	73.214,9	39,5	55,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2014 para 2015 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 111,3 milhões de euros;
- ◆ Variação das *Despesas com o pessoal* (4,9%), em parte explicada pela reversão da redução remuneratória temporária, conforme expresso no art.º 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- ◆ Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (-17,0%);
- ◆ Decréscimo da despesa com *juros e outros encargos* (-79,0%);
- ◆ Acréscimo das *transferências correntes* (2,8%);
- ◆ Despesa com *subsídios* diminuiu 2,7 milhões de euros face a junho de 2014;
- ◆ Decréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (-8,3 milhões de euros);

- ◆ Acréscimo da despesa de capital (28,9%), a que estão associados os aumentos das despesas com a *Aquisição de bens de capital* (23,2%);
- ◆ As *despesas correntes* realizadas até ao final de junho de 2015 representam 89,7% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 72,5

milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 80,6% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 4,3 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-junho)			€ Milhares
	2014	2015	Peso na estrutura em 2015
Funções Gerais de Soberania	37.545,8	40.579,7	6,6
Serviços Gerais da Administração Pública	33.450,4	36.434,1	6,0
Segurança e Ordem Públicas	4.095,4	4.145,6	0,7
Funções Sociais	389.390,3	398.620,0	65,2
Educação	162.668,4	168.487,8	27,5
Saúde	171.759,0	174.480,0	28,5
Habitação e Serviços Coletivos	44.061,4	31.172,9	5,1
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10.901,5	24.479,3	4,0
Funções Económicas	128.151,1	116.978,2	19,1
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	17.971,8	18.983,7	3,1
Indústria e Energia	583,6	816,9	0,1
Transportes e Comunicações	93.198,0	82.108,5	13,4
Comércio e Turismo	11.348,5	8.673,5	1,4
Outras Funções Económicas	5.049,3	6.395,7	1,0
Outras Funções	263.929,5	55.524,9	9,1
Operações da Dívida Pública	263.929,5	55.524,9	9,1
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	819.016,7	611.702,8	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	18.290,3	14.322,4	2,3
Funções Gerais de Soberania	8.161,6	7.732,4	1,3
Funções Sociais	4.222,3	1.277,4	0,2
Funções Económicas	5.906,4	5.312,6	0,9
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	36.405,9	73.214,9	12,0
Outras Funções	36.405,9	73.214,9	12,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar

o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando

- 65,2% do total, seguindo-se as *funções económicas* (19,1%), *as outras funções* (9,1%) e *as funções gerais de soberania* (6,6%);
- ◆ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *saúde* (174,5 milhões de euros) e à *educação* (168,5 milhões de euros) e que representam 43,8% e 42,3% das despesas em *funções sociais*, respetivamente. As despesas com a *educação* aumentaram cerca de 5,8 milhões de euros, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se superior ao do período homólogo do ano precedente em 2,7 milhões de euros;
 - ◆ As despesas com as *funções económicas* decresceram em 2015 face à realização de 2014, cristalizando uma variação de 11,2 milhões de euros em termos homólogos;
 - ◆ Nas *outras funções*, os 55,5 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de -79,0% face à execução registada nos seis primeiros meses de 2014, motivada, fundamentalmente, pela quebra dos encargos com juros;
 - ◆ Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 40,6 milhões de euros, o que representou uma variação de 8,1% face ao registado até final de junho de 2014, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um acréscimo de 8,9%, a condicionarem a evolução registada;
 - ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi ex-Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 189,3 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 74,3% dizem respeito às despesas com o pessoal. A despesa realizada pela ex-Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ascendeu a 186,1 milhões de euros, dos quais 96,5% correspondem a transferências correntes (destinadas maioritariamente à área da Saúde). Segue-se a ex-Secretaria Regional do Plano e Finanças (134,1 milhões de euros), com despesas afetas, fundamentalmente, ao pagamento de *juros e outros encargos* e ao pagamento das SCUTS. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 0,8 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (76,6%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam a 6,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015;
 - ◆ O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-junho)

€M ilhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	6.545,9	756,7	16.487,9	127.490,1	21.685,4	12.859,7	18.154,2,5	18.143,7,6	548.805,8
Despesas com o pessoal	0,0	579,5	12.949,0	9.198,8	13.787,4	4.687,4	1.136,9	140.537,7	182.876,6
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	467,2	10.502,2	7.477,3	11.240,3	3.878,5	941,2	117.137,7	151.644,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	11,8	119,0	169,9	143,7	11,5	1,5	636,5	1.093,9
Segurança social	0,00	100,4	2.327,8	1.551,7	2.403,4	797,4	194,2	22.763,5	30.138,6
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	177,2	2.644,3	61.623,7	1.652,4	4.661,3	788,1	9.937,5	81.484,4
Aquisição de bens	0,00	14,8	496,2	399,7	211,7	1.209,5	5,0	3.619,9	5.956,9
Aquisição de serviços	0,00	162,3	2.148,2	61.224,0	1.440,7	3.451,7	783,0	6.317,6	75.527,5
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	55.524,9	0,0	0,0	0,0	3,9	55.528,8
Transferências correntes	6.545,9	0,0	779,0	1.088,6	5.382,6	1.284,2	179.617,6	30.928,3	225.626,2
Administrações Públicas	6.545,9	0,0	732,6	1.055,7	2.779,7	0,0	178.530,0	5.218,4	194.862,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	6.545,9	0,0	732,6	1.055,7	2.779,7	0,0	178.530,0	5.218,4	194.862,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	46,3	32,9	2.602,9	1.284,2	1.087,6	25.709,9	30.763,8
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	830,4	2.214,8	0,0	27,7	3.072,9
Outras despesas correntes	0,0	0,0	115,6	54,1	32,5	12,1	0,0	2,5	216,8
Despesa de capital	0,0	0,0	37.418,5	6.562,9	4.137,0	2.366,2	4.588,1	7.824,3	62.897,0
Investimento	0,0	0,0	36.043,3	6.562,9	69,8	69,8	0,0	228,1	42.973,9
Transferências de capital	0,0	0,0	1.375,2	0,0	4.067,2	2.296,4	4.588,1	7.596,2	19.923,1
Administrações Públicas	0,0	0,0	1.375,2	0,0	2.313,5	2.296,4	4.588,1	16,6	10.589,8
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.531,7	0,0	0,0	0,0	1.531,7
Administração Regional	0,0	0,0	1.375,2	0,0	781,8	2.296,4	4.588,1	16,6	9.058,1
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	1.753,7	0,0	0,0	7.579,6	9.333,3
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	6.545,9	756,7	53.906,4	134.053,0	25.822,4	15.225,9	18.613,0,6	189.262,0	611.702,8
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	7.732,4	0,0	5.312,6	1.277,4	0,0	14.322,4
Passivos financeiros		0,0	0,0	73.214,9	0,0	0,0	0,0	0,0	73.214,9
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56.624,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ◆ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, EPE;
- ◆ A partir de 2015 as transferências para o SESARAM, EPE, e para a IHM, EPERAM, passaram a ser processadas diretamente pela tutela, atualmente a SRS, estando assim excluídas da presente análise dos SFA, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto a este subsetor.
- ◆ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de junho de 2015, situou-se em -8,9 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (69,7 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (54,8 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (10,2 milhões de euros) e com *transferências correntes* (4,4 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 140,3

milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 20,7 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 141,9 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a

10,1 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de junho.

- ◆ Verifica-se uma quebra no *saldo global* das EPR de 4,9 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	maio	junho
Entidades Públicas Reclassificadas	-4.013,2	-8.890,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 7,3 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 71,9 milhões de euros, o que representa 94,6% da *receita corrente* arrecadada até junho de 2015. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem

a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital nos primeiros seis meses de 2015 (86,2%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 91,4% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-junho) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	7.300,9	-8.890,7	1.835,1
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	93.091,9	150.776,7	243.868,6
Saldo primário	10.331,7	1.288,0	15.044,7
Saldo corrente	7.932,1	1.623,2	9.555,3
Saldo de capital	-631,2	-10.513,9	-11.145,1
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	119,1	714,5	833,7
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	23.810,9	23.810,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a junho de 2015 totalizou 1,8 milhões de euros, em virtude dos resultados positivos evidenciados pelos SFA, que registaram um saldo de 7,3 milhões de euros, parcialmente anulado pelo desempenho evidenciado pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a -8,9

milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 9,6 e -11,1 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 243,9 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 15,0 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-junho)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	87.719,5	141.915,5	229.635,0
Impostos diretos	337,8	0,0	337,8
Impostos indiretos	17,5	0,0	17,5
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.570,1	5.810,2	7.380,3
Transferências Correntes	82.961,3	123.344,6	206.305,9
União Europeia	9.290,2	336,9	9.627,2
Outras transferências	73.671,1	123.007,6	196.678,7
Venda de bens e serviços correntes	2.103,8	7.062,1	9.165,8
Outras Receitas Correntes	729,1	5.698,7	6.427,8
Receita de capital	15.704,2	10.149,2	25.853,4
Venda de bens de investimento	0,4	63,8	64,2
Transferências de capital	15.675,2	10.059,0	25.734,3
União Europeia	13.531,4	2.626,2	16.157,6
Outras transferências	2.143,8	7.432,9	9.576,7
Outras Receitas de Capital	1,9	22,2	24,1
Receita efetiva	103.423,7	152.064,7	255.488,4
Despesa corrente	79.787,4	140.292,4	220.079,7
Despesas com o pessoal	15.412,7	69.705,0	85.117,7
Aquisição de bens e serviços	45.315,7	54.799,2	100.114,9
Juros e outros encargos	3.030,8	10.178,8	13.209,6
Transferências correntes	14.253,6	4.382,0	18.635,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	971,2	0,0	971,2
Outras transferências	13.282,4	4.382,0	17.664,5
Subsídios	1.715,9	69,6	1.785,5
Outras despesas correntes	58,6	1.157,8	1.216,5
Despesa de capital	16.335,4	20.663,1	36.998,5
Investimento	3.481,3	20.663,1	24.144,4
Transferências de capital	12.854,1	0,0	12.854,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	96.122,8	160.955,4	257.078,2
Saldo global	7.300,9	-8.890,7	1.835,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de junho, dos SFA e das EPR, ascendeu a -3,4 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido -0,7 milhões de euros e o de capital -2,7 milhões de euros. A

despesa primária fixou-se nos 41,7 milhões de euros e o *saldo primário* em -0,5 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (junho) € Milhares

	junho 2015	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	13.640,8	24.117,9
Impostos diretos	34,7	0,0
Impostos indiretos	1,7	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	13.604,4	24.117,9
Transferências correntes	12.935,8	20.826,7
Receita de capital	2.140,8	1.355,5
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	2.128,6	1.347,9
Receita efetiva	15.781,6	25.473,4
Despesa corrente	10.120,7	28.384,3
Consumo público	6.908,3	24.725,2
Despesas com o pessoal	3.605,3	16.066,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	3.303,0	8.658,6
Subsídios	276,8	12,0
Juros e outros encargos	0,1	2.943,3
Transferências correntes	2.935,5	703,9
Despesa de capital	4.208,4	1.966,6
Investimento	1.381,4	1.966,6
Transferências de capital	2.827,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	14.329,0	30.350,9
Saldo global	1.452,5	-4.877,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de junho dos subsectores do Governo Regional, SFA, e

EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	junho 2015	janeiro-junho 2015	junho 2015	janeiro-junho 2015
Saldo global	-1.307,3	20.045,6	-28.265,0	-119.215,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	1.209,6	61.008,3	-23.800,7	-60.306,2
Despesa corrente primária	68.963,6	375.165,2	94.404,5	505.278,8
Saldo corrente primário	25.569,0	119.568,0	3.502,0	8.432,2
Saldo de capital	-2.516,9	-40.962,7	-4.464,3	-58.909,5
Despesa primária	78.970,0	445.339,5	106.377,5	596.116,2
Saldo primário	23.052,1	78.605,3	-962,3	-50.477,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a 1,2 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -2,5 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário*

(GR+SFA) revela um resultado que ascende a 23,1 milhões de euros até junho de 2015. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até

junho de 2015 foi de 513,7 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 574,0 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 31,9 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 90,8 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações*

extraorçamentais, atingiu os 545,6 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 664,9 milhões de euros.

- ♦ O quadro XIV expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR		€ Milhares			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	junho 2015	janeiro-junho 2015	junho 2015	janeiro-junho 2015	
Receita corrente	94.532,6	494.733,2	97.906,6	513.711,0	
Impostos diretos	42.161,7	140.894,8	42.161,7	140.894,8	
Impostos indiretos	41.292,8	227.824,4	41.292,8	227.824,4	
Contribuições de Segurança Social	1.496,2	2.808,8	1.496,2	2.808,8	
Outras receitas correntes	9.581,9	123.205,3	12.955,8	142.183,1	
Transferências correntes	6.167,0	102.509,6	6.249,7	102.916,5	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5.802,8	92.324,8	5.802,8	92.375,1	
Receita de capital	7.489,5	29.211,6	7.508,6	31.927,9	
Venda de bens de investimento	0,0	982,5	0,0	1.046,2	
Transferências capital	7.451,5	27.953,0	7.463,0	30.579,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	518,6	0,0	518,6	
Receita efetiva	102.022,1	523.944,7	105.415,2	545.638,8	
Despesa corrente	93.323,0	433.724,8	121.707,3	574.017,2	
Consumo público	58.404,7	325.364,9	83.129,8	451.026,9	
Despesas com o pessoal	49.745,6	198.289,4	65.812,1	267.994,3	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	8.659,1	127.075,5	17.317,8	183.032,6	
Subsídios	1.389,3	4.788,8	1.401,2	4.858,4	
Juros e outros encargos	24.359,4	58.559,6	27.302,7	68.738,4	
Transferências correntes	9.169,6	45.011,5	9.873,5	49.393,5	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	200,6	971,2	200,6	971,2	
Despesa de capital	10.006,4	70.174,3	11.973,0	90.837,4	
Investimento	5.917,5	46.455,2	7.884,1	67.118,3	
Transferências de capital	4.088,9	23.719,1	4.088,9	23.719,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.241,7	3.433,8	1.241,7	3.433,8	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	103.329,4	503.899,1	133.680,2	664.854,6	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de junho de 2015, ascendia a 1.197,2 milhões de euros, dos quais 71,2% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 6,6% do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 1.015,8 milhões de euros;
- ◆ Até 30 de junho, comparando com 01/01/2015, a Região reduziu os passivos em 65,9 milhões de euros e os pagamentos em atraso em 20,6 milhões de euros;
- ◆ Desde o início do PAEF-RAM, e considerando o mesmo universo de entidades a redução de passivos ascendeu a 1.657,1 milhões de euros e de pagamentos em atraso no montante de a 824,5 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de junho de 2015 correspondem a 410,6 milhões de euros, dos quais 113,3 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (59,8%) e às EPR (39,9%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 41,5% do total do Passivo e 71,7% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de junho de 2015, no que à *dívida não financeira* diz respeito

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de junho de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Total	junho de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.049.242,00	780.248,89	336.375,21	-2,27%	2,48%	-0,45%
Despesas com Pessoal	10.048,81	9.903,93	40,08	-55,76%	96,22%	-22,41%
Aquisições de Bens e Serviços	497.116,58	462.226,99	294.397,35	2,52%	-4,12%	4,84%
Juros e outros encargos	372.994,60	142.192,75	40.835,25	2,80%	82,39%	-22,61%
Transferências Correntes	163.927,12	161.024,82	1.085,59	-16,34%	-14,89%	-74,47%
Subsídios	4.925,10	4.673,11	0,00	-29,73%	-32,06%	0,00%
Outras Despesas Correntes	229,79	227,30	16,94	1,54%	1,67%	-10,03%
Despesas de Capital	147.994,51	130.573,87	74.211,34	-21,91%	-24,07%	-20,43%
Aquisições de Bens de Capital	90.547,68	85.452,89	73.893,11	-23,29%	-25,06%	-20,44%
Transferências de Capital	57.446,83	45.120,98	318,23	-19,64%	-22,13%	-17,82%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	1.197.236,52	910.822,76	410.586,55	-5,22%	-2,41%	-4,77%

Total excluindo novas EPR	1.015.833,51	732.061,83	297.236,75	-2,70%	-0,11%	-7,85%
----------------------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------	---------------	---------------

a) Compreende as Entidades Públicas Recllassificadas que passaram a figurar nos reportes mensais a partir de 01/01/2015

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de junho de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	junho de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	745.692,22	502.451,15	206.076,54	1,61%	9,72%	-1,47%
Despesas de Capital	107.081,39	92.585,62	39.641,69	-22,83%	-25,67%	-33,06%
Total	852.773,62	595.036,77	245.718,23	-2,28%	2,15%	-8,44%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de junho de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	junho de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	78.542,71	76.745,70	1.135,77	-12,73%	-11,46%	1,62%
Despesas de Capital	432,33	432,33	0,00	-72,48%	-62,10%	0,00%
Total	78.975,04	77.178,03	1.135,77	-13,76%	-12,12%	1,62%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Recllassificadas, no final de junho de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Recllassificadas	junho de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	225.007,07	201.052,04	129.162,89	-9,90%	-7,24%	1,22%
Despesas de Capital	40.480,79	37.555,92	34.569,65	-17,70%	-18,82%	1,54%
Total	265.487,85	238.607,96	163.732,54	-11,18%	-9,27%	1,28%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas

a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

◆ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-junho).....	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-junho).....	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (junho).....	9
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-junho).....	11
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-junho).....	12
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-junho).....	13
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-junho).....	15
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-junho).....	17
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR.....	19
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-junho).....	20
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-junho).....	21
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (junho).....	22
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	22
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	23
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de junho de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de junho de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de junho de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de junho de 2015 (valores acumulados).....	25



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2015

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: julho de 2015

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA